O ACORDO GERMANO-RUSSO DE BJÖRKÖ (Julho de 1905)

Em 1890, a não-revalidação do *Tratado de Ressegurança*, entre a Alemanha e a Rússia, abriu caminho a uma ligação de carácter formal, aparentemente improvável, entre um regime republicano de vanguarda e uma monarquia absolutista. Assim, logo em 23 de Julho de 1891, uma esquadra francesa foi recebida com todas as honras, no porto de Kronstadt, pelo próprio Czar. Levantou-se em França uma onda de entusiasmo e inflamado patriotismo pela percepção de que o país iniciava a saída do seu isolamento.

No ano seguinte, seria a vez de entre os dois países ser celebrado um tratado de auxílio militar recíproco, o qual, na sua cláusula principal, estabelecia um compromisso que iria ter um peso tremendo no processo de declarações de guerra de 1914 e, como adiante veremos, no planeamento estratégico das operações. Segundo essa cláusula, «se a França fosse atacada pela Alemanha ou pela Itália apoiada pela Alemanha, a Rússia empregaria todas as forças disponíveis para atacar a Alemanha; se a Rússia fosse atacada pela Alemanha ou pela Áustria apoiada pela Alemanha, a França empregaria todas as forças disponíveis para atacar a Alemanha.»[1] Este tratado estipulava, além dos aspectos eminentemente políticos, o volume de forças a empenhar e uma estreita colaboração entre os Estados-Maiores russo e francês, de forma a coordenar, desde o tempo de paz, as acções a desenvolver em caso de guerra. Por fim, em 4 de Janeiro de 1894, os dois governos aceitavam formalmente a aliança, a qual seria conservada no maior secretismo e teria a mesma duração da Tripla Aliança. A partir de então, a Alemanha já não podia aspirar a uma guerra numa só frente, como tão persistentemente buscara a diplomacia de Bismarck. O próprio sistema pelo qual a Alemanha gerira os assuntos europeus chegara ao seu termo. Mas o pior de tudo é que o sistema de alianças agora existente fazia com que os Estados ficassem, na expressiva imagem do conde Loreburn, como «trepadores alpinos, amarrados uns aos outros»[2], pelo que a queda de um arrastaria a queda dos demais.

Se o tratado franco-russo era secreto, o entendimento entre os dois países ia-se fazendo bem visível no âmbito diplomático, nada se alterando com a morte do czar Alexandre III, em Novembro de 1894. Seu filho, Nicolau II, visitou Paris em 1896 e o presidente Faure retribuiu a visita no ano seguinte. Em Berlim, a crença na existência de um entendimento entre os seus dois poderosos vizinhos era total, mas havia a convicção de que a situação estaria controlada enquanto a Grã-Bretanha se mantivesse alheada das alianças continentais. Mas Guilherme II não deixou de expressar ao czar, seu primo, o que de mais negativo encontrava nessa aproximação:

> Não é a amizade da França e da Rússia que me perturba, mas sim o perigo para o nosso princípio do monarquismo de estar a colocar a República num pedestal. O constante aparecimento de príncipes, grão-duques, etc., em paradas, funerais, jantares, corridas, juntamente com as figuras de topo da República, faz com que os republicanos se julguem perfeitamente honestos, excelentes pessoas, com quem os príncipes podem conviver e sentir-se como em sua casa. Os republicanos são revolucionários *de natura*. A República Francesa provém da fonte da Grande Revolução e propaga as suas ideias. O sangue das Suas Majestades ainda está nesse país. Desde então, alguma vez voltaram a ser felizes ou a ter paz? Não foram de banho de sangue em banho de sangue e de guerra em guerra até mergulharem toda a Europa e a Rússia num mar de sangue? Nicky, acredita em mim, a maldição de Deus abateu-se, para todo o sempre, sobre aquele povo. Nós, reis e imperadores cristãos, temos o sagrado dever, que nos foi imposto pelo Céu, de sustentar o princípio *von Gottes Gnaden* (pela Graça de Deus). Podemos ter boas relações com a República Francesa, mas nunca intimidade.[3]

---

[1] GOOCH, George, *History of modern Europe – 1878-1919*, p. 183.
[2] REID, Robert (The Earl Loreburn), *How war came*, p. 66.
[3] GOOCH, George, *Idem*, p. 185.

Em Junho de 1898, a pasta dos Negócios Estrangeiros do governo de Paris foi confiada a Théophile Delcassé, um discípulo de Gambetta. Contrariamente aos seus antecessores, o novo ministro iria permanecer no cargo durante sete anos consecutivos. Delcassé tinha ideias muito claras sobre o que deveria ser a política externa francesa na passagem do século XIX para o século XX. Segundo ele, considerando que a Alsácia e a Lorena se encontravam na posse da Alemanha, o inimigo da França estava definido. As ligações da França com os outros estados deveriam reger-se, por conseguinte, por princípios decorrentes dessa certeza. Assim sendo, o relacionamento amistoso com a Rússia, potência confinante com o Leste Alemão, era peça essencial de qualquer projecto destinado a promover a recuperação dos territórios perdidos em 1871. Por esse motivo, em 1899, Delcassé partiu para S. Petersburgo em visita oficial. O seu encontro com o czar decorreu num espírito de estreita colaboração, do qual resultaria o reforço dos acordos selados em 1892 e 1894.

Entretanto, na viragem do século XIX para o século XX, emerge no cenário político alemão uma nova figura de grande relevo: Bernhard von Bülow. Inicialmente como ministro dos Negócios Estrangeiros (1897-1900), no tempo do chanceler Hohenlohe, tornar-se-ia o sucessor deste, a partir de Outubro de 1900, permanecendo no cargo até Julho de 1909.

Bernhard von Bülow

Bülow, que combatera como 1.º cabo na Guerra Franco-Prussiana, era uma figura de grande envergadura intelectual e que estava firmemente convencido de que a pujança da economia alemã e a sua notória expansão comercial justificava, da parte do governo imperial, a adopção de uma política à escala mundial e a construção de uma marinha de guerra que pudesse ser um instrumento sólido dessa política. Sobre a evolução das relações com a França, Bülow não teria grandes ilusões[4]:

> Pode ser que, com o correr do tempo, o povo francês se acomode às determinações do Tratado de Francoforte, quando for obrigado a reconhecer que elas são imutáveis. Mas enquanto a França acreditar que entrevê uma possibilidade de recuperar a Alsácia-Lorena, pelos seus próprios meios ou com uma ajuda externa, continuará a ver na situação actual qualquer coisa de provisório e nada de definitivo.[5]

Os interesses económicos da Alemanha em Marrocos proporcionaram ao governo de Berlim a oportunidade de testar o grau de comprometimento mútuo resultante do acordo firmado entre a Grã-Bretanha e a França. Aproveitando uma viagem de Guilherme II de Hamburgo a Corfu, com escala em Lisboa, o chanceler Bülow convenceu o kaiser a deter-se em Tânger e a ir saudar o sultão.

[4] As opiniões de Bülow a seguir transcritas foram publicadas no início de 1914.
[5] BÜLOW, Bernhard von, *Idem*, p. 93.

Guilherme II em Portugal (1905)

A escala na cidade marroquina não estava no programa da viagem, mas Bülow arranjou maneira de que um despacho de Tânger, publicado no *Kölnische Zeitung*, anunciasse a visita do soberano alemão para 31 de Março de 1905. O chanceler enviou, então, o recorte da notícia ao kaiser, com a seguinte nota:

> A visita de Vossa Majestade será um embaraço para Delcassé, bloqueará o seu plano e beneficiará os nossos interesses económicos em Marrocos.[6]

Inicialmente, Guilherme II declarou-se inclinado a aceitar a sugestão, mas quando, pelos jornais, se apercebeu de que a população de Tânger, incluindo os Britânicos ali residentes, se preparava para explorar a sua visita para uma manifestação antifrancesa, escreveu a Bülow:

> Telegrafe imediatamente para Tânger informando que é altamente duvidoso que eu desembarque na cidade e que viajo *incognito*, como um turista; consequentemente, nada de audiências e recepções.[7]

Bülow respondeu fazendo ver ao kaiser que a visita já estava anunciada e que, por isso, um recuo seria entendido como sendo o resultado de pressões francesas em Berlim, o que redundaria num triunfo diplomático para Delcassé. Guilherme II voltou a conformar-se com a ideia da visita, embora novas hesitações tivessem surgido durante a passagem por Lisboa e já no próprio porto de Tânger. Mas a visita acabou por realizar-se. Num discurso algo violento, Guilherme II proclamou o carácter de nação independente de Marrocos e reivindicou uma conferência internacional para debater os acordos anteriormente estabelecidos sobre o futuro daquele país. A França, temendo o eclodir de uma guerra num momento de fraqueza da Rússia – que travava uma guerra infausta contra o Japão –, consentiu num penoso compromisso, que, em Junho de 1905, vitimou politicamente Delcassé e conduziria a nova conferência internacional sobre Marrocos. Para o soberano alemão, o teste resultara positivo. O temor demonstrado perante o poderio da Alemanha era uma vitória de prestígio e enchia-o de confiança para futuros cometimentos. Guilherme II reconhecia, também, o mérito do empenhamento de Bülow em toda a intriga marroquina e premiava-o fazendo dele príncipe.

Em Julho de 1905, dando continuidade a essa onda de aparente sucesso, um arrebatamento antibritânico de Guilherme II quase ia reconduzindo as relações germano-russas a um novo compromisso diplomático. Insatisfeito com os resultados obtidos pelos seus colaboradores directos em matéria de política externa, o kaiser decidiu demonstrar as suas próprias capacidades de diplomata. Viajando no seu iate *Hohenzollern*, foi encontrar-se com Nicolau II à ilha de Björkö, no Báltico, logrando obter a assinatura do czar num documento que preparara e que se traduzia num acordo que punha em xeque o tratado de aliança franco-russo. Dessas conversações, Guilherme II deu conta ao

[6] FAY, Sidney, *The Origins Of The World War*, Vol. I, p. 183.
[7] *Ibidem*.

seu chanceler, Bernhard von Bülow, numa extensa carta, plena de estados de alma e expressões de misticismo, de que vale a pena recordar algumas passagens:

Meu caro Bülow:

Pelos meus telegramas já deveis ter sabido que a missão de *rapprochement*[8] foi coroada de êxito e a partida ganha...

E, agora que está feito, com surpresa se poderia dizer: como é que tal coisa foi possível? Para mim, a resposta é muito clara! Deus ordenou e o quis dessa maneira; [...] Ele levou à união o que deve estar unido! [...] Finalmente, ergui as minhas mãos para o Senhor que está acima de todos nós e empenhei-me perante Ele e a Ele orei para que, de acordo com a sua vontade, me guiasse conforme Ele quisesse; eu era apenas o instrumento nas Suas mãos e faria o que quer que fosse que Ele me inspirasse a fazer, por mais difícil que a tarefa fosse. [...] Desse modo, perspectivei o encontro pleno de confiança.

E o que é que encontrei? Uma recepção afectuosa, amistosa e entusiástica, como só é normal quando alguém recebe um amigo que ama do fundo do coração e com sinceridade. O czar envolveu-me nos seus braços e apertou-me, como se fosse o seu próprio irmão, e olhou para mim uma e outra vez, revelando a sua gratidão e alegria. [...]

Nicolau II e Guilherme II

Quando lhe fiz ver que, apesar de encorajada pela Inglaterra, a França se tinha recusado a aceitar o nosso desafio [ao consentir no afastamento de Delcassé] e, por conseguinte, desistir de lutar pela Alsácia-Lorena, respondeu-me prontamente: "Sim, eu reparei; é muito evidente que a questão da Alsácia-Lorena está encerrada de uma vez por todas, graças a Deus!" A nossa conversa desviou-se, então, para a Inglaterra, e não tardou a transparecer que o czar nutre uma profunda aversão pessoal para com a Inglaterra e o seu rei. Chamou a Eduardo VII o maior mexeriqueiro e o mais perigoso e deceptivo intriguista do mundo. Só pude concordar com ele, acrescentando que eu, muito especialmente, tinha tido que sofrer as consequências das suas intrigas nos últimos anos... [...] o czar interrompeu-me, então, dando um murro na mesa: "Bem, só posso dizer, sob palavra de honra, que, a mim, nunca na vida conseguirá levar-me a uma intriga contra a Alemanha." [...]

Senti que tinha chegado o momento!... "Que tal se nós também fizéssemos um 'pequeno acordo'? No passado Inverno falámos sobre isso..." "Sim, claro, recordo-me muito bem, mas já não me lembro do seu conteúdo. Que pena não o ter aqui comigo." "Tenho eu uma cópia, por acaso tenho uma cópia aqui no meu bolso."

O czar agarrou-me por um braço e levou-me para fora da sala de jantar até ao camarote do seu pai, fechando a porta atrás de nós. "Mostrai-mo, por favor". Os seus olhos de sonhador cintilavam.

Tirei o envelope do meu bolso e desdobrei o documento [...] Leu uma vez, duas e uma terceira vez o documento que já foi enviado para si [Bülow]. Rezei a Deus para que nos acompanhasse agora

[8] Em francês no original.

e influenciasse o jovem soberano. Estava tudo profundamente sereno. Só se ouvia o rumor do mar. [...] Estava a ler [...] quando a voz do czar junto de mim soou: "Está excelente. Concordo!"

O meu coração batia tão fortemente que o podia ouvir. Cheguei-me a ele e disse despreocupadamente: "Quereis assiná-lo? Seria uma bela recordação do nosso encontro." Olhou de novo para o documento e disse então: "Sim, quero!" Abri o tinteiro, dei-lhe a pena e ele escreveu com mão firme "Nicolau". Depois, passou-me a pena e assinei também. Quando me ergui, apertou-me nos seus braços, profundamente comovido, e disse: "Agradeço a Deus e agradeço a vós; terá as mais benéficas consequências para o meu país e para o vosso; sois o único verdadeiro amigo da Rússia em todo o mundo. Senti isso mesmo durante toda a guerra [russo-japonesa] e sei-o muito bem. [...]

Foi assim que a manhã de 24 de Julho de 1905, em Björkö, se tornou num ponto de viragem na história da Europa, graças à benção de Deus; e um grande alívio na situação da minha Pátria, a qual, finalmente, ficará livre da assustadora perspectiva da tenaz franco-russa.[9]

Não seria assim. Do lado alemão, o chanceler Bülow considerou inaceitáveis os termos acordados, porque o imperador tinha introduzido algumas alterações ao documento preparado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, acrescentando que o efeito do mesmo era "na Europa", o que excluiria a ajuda no Oriente, zona do globo onde uma confrontação entre a Grã-Bretanha e a Rússia era altamente provável. Assim sendo, informou Guilherme II de que apresentava a sua demissão. O kaiser, que não admitia prescindir de Bülow, recuou em toda a linha, respondendo-lhe:

O senhor é 100.000 vezes mais importante para mim e para a Pátria do que todos os tratados do mundo... Não, meu caro amigo, mantenha-se em funções e a meu lado [...] Depois de receber esta carta, telegrafe-me "tudo bem", de modo que eu fique a saber que continua. É que, na manhã a seguir à recepção da sua carta de resignação, o seu imperador já não estará vivo. Pense na minha pobre mulher e nos meus filhos![10]

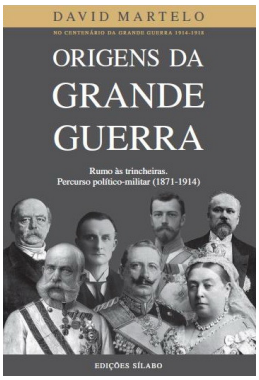
Condoído – e fortalecido politicamente –, Bülow aceitou continuar.

Este episódio de ópera bufa completar-se-ia, em São Petersburgo, com uma cena simétrica que envolveu o czar e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, conde Lamsdorf. Este último fez ver ao imperador russo que os termos do acordo era contrário ao espírito da aliança franco-russa e que não era expectável que a França o aceitasse.

A iniciativa diplomática dos dois imperadores concluiu-se, assim, com um adiamento *sine die*, aguardando um hipotético consentimento do governo de Paris. No entanto, o episódio serve bem para ilustrar o carácter diletante de dois dos soberanos mais poderosos da Europa, na véspera da hecatombe de 1914.

David Martelo – 2013 e Novembro de 2016

Leitura complementar



[9] FAY, Sidney, *Idem*, Vol. I, pp. 172-175.
[10] *Ibidem*, p. 176.